

INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE PLANEJAMENTO. GESTÃO. FISCALIZAÇÃO E ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 14.133/2021



# **APRESENTAÇÃO**

Os contratos administrativos estão no centro da governança pública e representam um dos maiores desafios da Administração. A falta de preparo técnico de gestores, fiscais e assessores jurídicos pode gerar prejuízos significativos, responsabilizações pessoais e ineficiência na entrega de políticas públicas.

O Curso Avançado: Contratos Administrativos foi estruturado para integrar, de forma prática e estratégica, as fases de planejamento, gestão, fiscalização e assessoria jurídica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Ao longo de 24 horas intensivas, os participantes terão acesso a metodologias atualizadas, exercícios aplicados e oficinas de casos reais que permitem dominar desde a elaboração de ETP/TR/ PB funcionais, até a gestão orientada a desempenho, repactuação, reajuste e revisão contratual.

A proposta é ir além da teoria: o participante será capacitado a conectar planejamento e execução, desenhando contratos mais eficientes, sustentáveis e juridicamente seguros. O curso também instrumentaliza a assessoria jurídica para atuar de forma preventiva e responsiva, garantindo maior competitividade, transparência e governança.

Com a condução do especialista Daniel Barral, esta capacitação prepara profissionais da Administração Pública direta e indireta para enfrentar os desafios mais críticos das contratações públicas com confiança, assertividade e resultados.

#### **OBJETIVOS**

Integrar, de forma prática, a fase de planejamento, a gestão e fiscalização de contratos e a atuação da assessoria jurídica nas fases de planejamento e execução contratual, com foco em resultados, segurança jurídica e eficiência.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Planejar contratações a partir do problema público, estruturando ETP e TR/PB como artefatos funcionais.
- Desenhar critérios de medição e pagamento por desempenho (IMR/ANS) e integrá-los à governança do contrato.
- Aprimorar a atuação de gestores e fiscais, com segregação de funções, trilhas documentais e comunicação eficaz.
- Instrumentalizar a assessoria jurídica para atuar preventivamente no planejamento e responsivamente na execução, inclusive em aditivos, reequilíbrios e sanções.
- Dominar fundamentos e práticas de reajuste, repactuação e revisão, evitando perdas de equilíbrio econômicofinanceiro.



INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE PLANEJAMENTO, GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 14.133/2021



### PÚBLICO-ALVO

- Gestores e fiscais de contratos, equipes de planejamento da contratação, assessoramento jurídico, controle interno e áreas demandantes.
- Profissionais da Administração Pública direta e indireta que atuam em licitações, contratos e governança das contratações.

#### **■ METODOLOGIA**

- Aulas expositivas dialogadas com análise de casos reais.
- Exercícios práticos de revisão de ETP/TR/PB, desenho de IMR e elaboração de pareceres.
- Pente-fino documental e clínica de casos integrando planejamento, execução e controle.

#### **PROFESSOR**



#### **Daniel Barral**

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União no Brasil (AGU), com atuação na consultoria e assessoramento de gestores federais nas áreas de contratações públicas e concessões de serviços públicos. Ocupou diversos cargos como o de Subprocurador-Geral na matéria administrativa na Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres, de Secretário de Coordenação de Transportes da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, Subprocurador-Geral Federal da Procuraria-Geral Federal. Atualmente ocupa o cargo de Procurador-Chefe da

Procuradoria Federal Especializada junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (PFE-ANPD). É Mestre em Direito Público na Universidade Nova de Lisboa (Nova School of Law), especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro – IDASAN, do Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP, Coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Fórum, 2022) e Professor na área de licitações e contratos administrativos.



INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE PLANEJAMENTO, GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 14.133/2021



### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### Módulo 1 – Fundamentos integrados e mapa de valor

Perguntas-guia e problemas práticos:

- Como a fase preparatória estrutura ETP (diagnóstico/alternativas) e TR/PB (requisitos/ execução/medição), garantindo rastreabilidade até o edital/contrato?
- Quando padronizar (catálogo/modelos institucionais) e quando justificar solução fora do padrão?
- Qual é o papel estratégico da assessoria jurídica para reforçar competitividade, segurança e governança desde o planejamento?

#### Módulo 2 – Planejamento "cirúrgico": do problema ao TR funcional

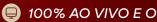
#### 2.1 ETP que resolve problema público

- ETP descritivo, sem evidência do problema: reescrever a partir da dor pública, requisitos e alternativas viáveis.
- Múltiplas soluções possíveis: comparar viabilidade técnica/econômica e mapear riscos e impactos orçamentários.
- Estabelecendo pontes entre áreas: montar equipe de planejamento, compartilhar lições aprendidas e alinhar critérios mínimos de sucesso.
- Checklists de qualidade do ETP: conteúdo mínimo, testes de aderência e validação interna.
- Prática guiada: exercício "Do problema à solução" com reescrita de sumários de ETP.

#### 2.2 TR/PB que entrega resultado

- TR que repete ETP: transformar diagnóstico em requisitos funcionais, governança de execução e medição.
- Especificações fechadas: mecanismos legais para preservar isonomia e melhorar resultado (amostra, prova de conceito, vedação/indicação de marca em bases técnicas, préqualificação).
- Falta de critérios de medição: incorporar pagamento por resultado e métricas auditáveis vinculadas ao objeto.
- TR/ETP como "canivete suíço": objeto, requisitos, matriz de riscos, medição/pagamento, critérios de seleção e governança do contrato.
- Oficina: revisão de TR para incorporar governança, métrica e pagamento.





INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE PLANEJAMENTO, GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 14.133/2021



### ■ CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 2.3 Riscos, estimativa de preços e integração

- Mapear riscos críticos e conectar risco ↔ métrica ↔ sanção ↔ remuneração (coerência entre planejamento e execução).
- Estimativa de preços: erros comuns que comprometem aceitabilidade/exequibilidade e reequilíbrios futuros; boas práticas de pesquisa de mercado.
- Integração ETP ↔ TR/PB ↔ Mapa de Riscos ↔ Edital/Contrato.

#### Módulo 3 – Gestão e fiscalização orientadas a desempenho

#### 3.1 Papéis, segregação de funções e comunicação

- Coordenação entre gestor, fiscais (técnico, administrativo e setorial) e preposto: rotinas e segregação de funções.
- Trilhas documentais (ocorrências, ordens de serviço, relatórios de medição): prevenindo debates probatórios em sanções e reequilíbrios.
- Governança de acompanhamento: reuniões periódicas, planos de ação e registro de lições aprendidas.

#### 3.2 Medição e pagamento por resultado

- Contrato remunerado por hora/posto: migração para unidade de medida ou IMR/ANS, com cautelas e marcos de transição.
- Indicadores complexos: aplicar critérios SMART, evitar sobreposição de métricas e calibrar faixas de pagamento.
- Desempenho abaixo do mínimo: redimensionamento, planos de correção, penalidades e rescisão quando necessário.
- Estudos de caso: limpeza, logística e mobilidade aprendizados práticos.

#### 3.3 Reajuste, repactuação e revisão

- Distinguir: repactuação (dedicação exclusiva de mão de obra), reajuste (índices) e revisão (fatos imprevisíveis/previsíveis de efeitos incalculáveis).
- Evidências e instrução processual: como comprovar, calcular e decidir com segurança jurídica.
- Evitar "planilhas zumbis": parametrização correta de benefícios/encargos, aceitabilidade e exequibilidade.





INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE PLANEJAMENTO, GESTÃO, FISCALIZĂÇÃO E ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 14.133/2021



### **■ CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### Módulo 4 – Assessoria jurídica no planejamento e na execução

#### 4.1 Atuação no planejamento

- Parecer sobre ETP/TR/PB: aderência a problema, requisitos, riscos, competitividade e modelo de medição/pagamento.
- Contratação direta: singularidade/notória especialização, documentos mínimos, justificativa de preço e escolha, riscos de reiteradas emergências.

#### 4.2 Atuação na execução contratual e no sancionador

- Aditivos e prorrogações: limites legais, análise de alternativas e motivação com consequências práticas (LINDB).
- Sanções administrativas: devido processo, motivação, proporcionalidade, non bis in idem e formalismo moderado.



INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE PLANEJAMENTO, GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 14.133/2021



### **PROGRAMAÇÃO GERAL**



17, 18 e 19 de novembro de 2025



das 8:30 às 17:30 (horário de Brasília)



24 horas de capacitação



Possibilidade de rever as aulas gravadas

# NÃO PERCA MAIS TEMPO! PARTICIPE JÁ!

Entre em contato conosco e conheça nossos planos diferenciados para maior número de acessos

R\$3.89000

por pessoa

#### **PAGAMENTO**

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVE EVENTOS E TREINAMENTOS LTDA** com o **CNPJ nº** 60.310.783/0001-31.



#### Banco do Brasil

Agência: 1443-5

C/C: 53725-X ou 53725-0

\* Condições: O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.

Cada link/senha de acesso à sala de aula virtual é exclusivo do aluno participante - não poderá ser compartilhado com terceiros. Também fica proibida a captação de som e imagens da aula e seu compartilhamento por quaisquer meios ou mídias.

\* Requisitos para uma boa experiência com o curso: - Computador: Processador i3 - 3Ghz - Memória: 4GB RAM - Browser: Chrome ou Internet Explorer - Banda larga: 3 Mega - conexão via cabo (preferencialmente) ou wi-fi.

A Inove Soluções em Capacitação não se responsabiliza por falhas e problemas de conexão dos equipamentos utilizados pelo usuário.

